



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

21ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/23

LOCAL: Paróquia Santos Mártires – Rua Luís Baldinato, 9 – Jd. Sônia Regina

DATA: 12 DE MAIO DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Vamos começar a audiência pública.

Primeiramente, queria pedir desculpas pelo atraso, mas para as pessoas da Comissão de Política Urbana chegarem, pegaram um pouco de trânsito, mas já vamos começar.

Na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da 27ª audiência pública de 2023, sendo a 21ª audiência ao PL 127/2023, PDE, do Executivo, do Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º, tendo como tema: Habitações de Interesse Social e Regularização Fundiária.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 8 de maio, no *Diário Oficial da Cidade*; e no dia 5 de maio, no jornal *O Estado de S. Paulo* e jornal *Folha de S. Paulo*. As inscrições para pronunciamento poderão ser feitas, neste momento, junto à Secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência os Srs.: Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representado, neste ato, pelo Sr. Fernando Henrique Gasperini; Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras, representado, neste ato, pelo Sr. Luiz Rebouças; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras, representado, neste ato, pelo Sr. Roberto Koguruma, arquiteto; Aline Torres, Secretária Municipal de Cultura; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito, representado, neste ato, pelo Sr. Álvaro Luiz Machado, assessor técnico; João Siqueira de Farias, Secretário Municipal de Habitação, representado, neste ato, pelo Sr. André Luiz Martins dos Santos; Carlos Alberto Bezerra, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento

Social; Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

Foram convidados também os Subprefeitos: Alan Eduardo do Amaral Sebastião, Subprefeito Campo Limpo; Claudio Schefer Jimenez, Subprefeito da Capela do Socorro; Sr. Carlos, supervisor de habitação, da Capela do Socorro; Rogerio Balzano, Subprefeito de Cidade Ademar; João Paulo Lo Prete, Subprefeito M'Boi Mirim, representado, neste ato, pelo Sr. Pedro Lopes. O Sr. Pedro Lopes está representando o Sr. João Paulo Lo Prete e também o Sr. Silvinho, chefe de gabinete.

Também foi convidado Marco Antonio Furchi, Subprefeito de Parelheiros; a Sra. Thamyris Nagell Eloy Bernardo, Subprefeita de Santo Amaro; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Antônio Fiorentino Júnior, Defensor Público Geral da Defensoria Pública Geral; Sra. Márcia de Sousa Dias, Coordenadora de CPDU, representando a Subprefeitura do Campo Limpo.

Alguns convidados mandaram representantes e nós vamos, então, agora compor a mesa. Fiquem à vontade se quiserem compor a mesa. Vou chamar os convidados dos movimentos de moradia. Esta audiência pública, para explicar, é uma audiência pública como parte do processo de revisão do Plano Diretor, e ela tem um tema específico, que é Moradia e Regularização Fundiária na região Sul. Por isso que todos que foram convidados pertencem às subprefeituras da região Sul.

Então, antes de passar a palavra para os convidados da mesa, eu gostaria de fazer um agradecimento especial à Regina Paixão, responsável pela Sociedade Santos Mártires, também do Fórum em Defesa da Vida. Então, uma salva de palmas para a Regina. (Palmas) Que nos emprestou gentilmente este espaço.

Convido, para compor a mesa, os representantes dos movimentos de moradia, que hoje são os principais protagonistas desta audiência pública. Chamo o Tonhão, representando a FACESP; Bia Novic, representando MTST; Denis, representando a FNL; André, representando a MRFU. Se os representantes do Executivo ou das subprefeituras quiserem se sentar,

arrumamos mais cadeiras. Fiquem à vontade.

O Sr. Fernando Henrique Gasperini, de SMUL, vai fazer uma introdução. Mas, antes, só queria dizer que esta audiência é da Comissão de Política Urbana. Meu nome é Silvia Ferraro, sou Vereadora da Comissão de Política Urbana, pela Bancada Feminista do PSOL, e queria dizer que esta audiência foi uma demanda trazida pelos movimentos populares da região. Então, entraram em contato conosco tanto a FACESP, quanto MTST. Estão se incorporando aqui, também, a FNL e o movimento MRFU, porque nós queremos principalmente discutir hoje da moradia popular e a questão da regularização fundiária. Então, é uma audiência específica para essa finalidade. Por isso que os movimentos de luta pela moradia estão aqui na mesa, representados. Também queria dizer que a questão da moradia tem sido a principal bandeira que o nosso mandato tem levado nesses debates da revisão do Plano Diretor. Para nós, a questão de as pessoas terem uma moradia digna é a coisa mais fundamental, porque se elas têm moradia, elas têm saúde, têm endereço para procurar um emprego, têm saneamento básico, têm os filhos na escola, têm regularização fundiária para poder ter toda a infraestrutura do bairro. Então, lutar pela moradia digna. E quando falamos em moradia digna, estamos falando de moradia regularizada, com regularização fundiária e com toda a infraestrutura que a Prefeitura precisa dispor para as pessoas que têm uma moradia regularizada e digna.

Então, esta audiência pública tem este objetivo. Vamos a ela. Quem quiser se inscrever, pode fazê-lo com a secretaria da Comissão.

Estou muito feliz por ver a Sociedade Santos Mártires cheia de gente que luta pela moradia digna. Valeu. (Palmas)

Passo, então, a palavra para o Sr. Fernando Henrique Gasperini, representando a SMUL.

O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI – Boa noite a todos os presentes.

Meu nome é Fernando. Trabalho na Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, que é a Secretaria responsável pela revisão do Plano Diretor pelo Executivo, pela Prefeitura.

Farei uma fala muito rápida. O Plano Diretor é uma das principais leis da cidade, que

define os rumos que a cidade deve ter para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, das pessoas, em um prazo de 15 anos. Então, o Plano Diretor atual é uma lei que foi aprovada em 2014 e que vale até 2029.

A própria lei do Plano Diretor previa que no meio da vida do Plano, depois de sete anos, deveria ocorrer uma revisão para a melhoria do Plano existente. Então, não é um Plano novo que estamos discutindo, mas uma melhoria do Plano existente que vai até 2029.

Na Prefeitura, esse processo de revisão teve uma duração de cerca de três anos. Começou em 2021 e foi até março deste ano de 2023. E, aí, estamos acompanhando, agora, esse processo na Câmara Municipal de São Paulo também, trazendo só breves informações para essa discussão.

A audiência de hoje é específica sobre habitação, mas o Plano Diretor trata de diversos assuntos, como habitação, meio ambiente, transporte e equipamentos públicos de saúde e de educação.

Sobre moradia, a revisão buscou trazer melhorias no controle da destinação de moradias sociais por parte da Prefeitura, um aperfeiçoamento do controle das moradias. Possibilitar o melhor aproveitamento também das ZEIS, que são as Zonas Especiais de Interesse Social. E buscar mais recursos também para a produção de moradia através dos fundos municipais, do Fundurb – que é o Fundo de Urbanização -, e também das operações urbanas que existem em alguns lugares da cidade.

Então, em linhas gerais, são essas as melhorias que o Plano Diretor trouxe e estamos à disposição para mais esclarecimentos.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Fernando, representante de SMUL.

Passarei a palavra para o primeiro convidado da nossa mesa, Tonhão, representante da FACESP.

O SR. ANTÔNIO PEDRO DE SOUZA – Boa noite a todas as lideranças presentes.

Povo de luta.

Primeiro, agradeço aos nossos companheiros que compõem a mesa, companheiros dos movimentos de moradia, movimentos populares: Ande, do MRFU; Dênis, da FNL; e companheira Bia, do MTST.

Pesamos a mão aqui para que esta audiência acontecesse. Eu cutuquei muito a assessoria da Sílvia – a Juliana e a Dafne -, porque tinha de haver uma audiência em nossa região. E, depois, também pressionei a Regina para que agilizasse o espaço. Porque a nossa região, companheiros, dentro dessa questão urbana, é das regiões que mais sofre com a questão de falta de habitação, de falta de regularização fundiária e de falta de transporte, de mobilidade.

Então, são três pautas que nos afetam, que afetam o nosso cotidiano, o nosso dia a dia. Então, por isso, achamos tão importante termos esta audiência. E aqui hoje, estão presentes, além de todas essas entidades, um conjunto de entidades, associações de moradores de bairro... Se eu fosse listar todas aqui, eu gastaria um tempo grande para falar de todos que estão somando nessa atividade. Nós nos surpreendemos. Achamos que viria um bom número, mas que não ia entupir a sala. Então, a sala está entupida. Tem gente do lado de fora. O que significa que essa pauta tem um apelo muito forte para a população que aqui vive. E nós aqui, neste debate do Plano Diretor, temos algumas considerações a fazer.

Primeira. Eu e muitas entidades aqui fazemos parte dessa Frente São Paulo Pela Vida. A Frente São Paulo Pela Vida congrega 500 entidades na capital de São Paulo. E essa Frente, assim que se iniciou a proposta do debate do Plano Diretor, procurou a Prefeitura para conversar a respeito. Primeira coisa, temos de pactuar como serão as regras dessa revisão, porque uma revisão não é uma mudança de Plano, é uma revisão do Plano. Então, qual seria o escopo dessa revisão? Quais pontos, do Plano Diretor seriam revisados. E, aí, já partimos de um problema: este Plano Diretor, em nossa opinião, não tem um diagnóstico efetivo, com substância, que diga, de fato, o que, daquele Plano de 2014, foi efetivado. Então, é uma revisão em cima do quê? Porque, para se revisar algo, tem que se apresentar: “Olha, isso aqui deu certo. Isso não funcionou. Isso aqui foi mais ou menos”, para se apresentar uma revisão daqueles

pontos. E, em nossa opinião, têm duas questões muito complicadas. Primeira: a participação popular. A fase do Executivo, em que tramitou o debate do Plano Diretor, foi pela Prefeitura, chamada de Executivo. A Prefeitura queria fazer, para vocês terem uma ideia, o debate do Plano Diretor durante a pandemia, durante a pandemia, onde não se podia juntar mais de duas pessoas dentro de um mesmo ambiente, e queria fazer tudo virtual, mesmo sabendo da dificuldade das pessoas acessarem tecnologia, de terem um bom computador, de terem um bom pacote de dados, de terem um bom celular. Eles queriam fazer tudo virtualmente. Nós barramos. Nós fomos à Defensoria Pública, ao Ministério Público e barramos esse processo. Minimizou a pandemia, agora vão fazer e, mesmo assim, fizeram grande parte das audiências de forma virtual e algumas de forma presencial.

Então, em nossa opinião, a participação popular está muito prejudicada. Audiências como esta aqui foram pouquíssimas, porque aqui o povo mobilizou. Aqui, o movimento social mobilizou. Mas audiências feitas às 10 da manhã, às 13 horas, às 17 horas lá no Centro, quem é que pode participar? Ninguém pode participar. E esta proposta de revisão, eu falei aqui a respeito da participação, que é insuficiente. E também está aqui a Silvia, que sabe da nossa opinião sobre isso, que esse processo da Câmara..., o do Executivo durou alguns meses, não sei se foram quatro ou cinco meses. Bem ou mal, durou esse prazo. Eles queriam fazer vinte e tantas audiências públicas, eu falei: “Pô, nós temos 32 subprefeituras e vão fazer só 23 audiências?” Aí, criaram mais 25 pelas Comissões da Câmara, da Educação, da Saúde, de Política Urbana. O problema é que eles querem fazer mais de 50 audiências em dois meses. É uma maratona de audiências, e que também não dá para as pessoas acompanharem. Então, mais uma vez, agora no Legislativo, está sendo prejudicada a participação popular, porque têm audiências esvaziadas. Eles estão, inclusive, considerando que as audiências virtuais, quando o cara entra lá, no *YouTube* para ver a audiência virtual, já consideram participação. Se a pessoa clicou ali, já se considera uma participação. Então, é muito insuficiente a participação. Então, há uma complexidade nesse negócio.

O segundo, companheiros, é o projeto apresentado. Porque é isso, se o povo não

participou, no resultado dessas audiências não vai ter a digital popular. Não vai ter as nossas opiniões. Então, foi apresentado, no dia 21 de março, o projeto na Câmara e a Câmara, então, através do seu Presidente, delegou esse monte de audiências simultaneamente. Têm dias que tem duas, três audiências públicas. Nós não conseguimos acompanhar esse processo. E, aí, as propostas embutidas, no projeto que foi apresentado, quando você olha lá, M'Boi Mirim não está representado, como também não está Itaim Paulista, como também não está Grajaú, Parelheiros, como também não está Brasilândia. A periferia não está representada na proposta do Plano Diretor porque, como nós não tivemos participação, nós não temos proposta lá. E o que está lá representado? Todas as demandas que mudam o Plano Diretor naquilo que é interesse do setor imobiliário. Então, por exemplo, aumento de gabarito de prédio; ampliação do potencial construtivo; adensamento de eixos. Adensar, nós está defendemos, desde que tenha moradia popular. O problema é que estão adensando os eixos, que são os eixos de transporte, chamados de estruturação urbana, apenas com moradia micromoradias, que são chamados os tais estúdios, e moradias muito grandes, apartamentos grandes. Porque a questão dos eixos dizia respeito a se aproximar o trabalhador da região mais central, da região com infraestrutura; de não se ter a necessidade do uso do carro e, por isso, que a ideia era ter pouquíssimas garagens para que as pessoas estivessem próximas do transporte, próximas do emprego. E a ideia também era conter a expansão contra os mananciais, porque se eu abro mais moradia na região do Centro e do Centro expandido, eu diminuo a pressão sobre os mananciais. Então, esse era o objetivo. Só que nada disso foi feito. Então, foi desvirtuado e a moradia popular não está contida no Plano Diretor. ZEIS não está contida nos tais PIUs, que são os Programas de Intervenção Urbana; não está contida nas PPPs, porque entra na PPP quem tem dinheiro para pagar, quem tem dinheiro para financiar moradia; e não está contida em lugar algum. Mesmo a cota de solidariedade, que dizia que a cada empreendimento de 20 mil metros quadrados, 10% deveria ser destinado à moradia popular, preferencialmente naquele mesmo local – e geralmente são locais com boa infraestrutura -, os caras: “Não, não vamos construir. Nós vamos repassar isso em dinheiro para o Fundurb”. O Fundurb, que deveria ser, que é o Fundo de Desenvolvimento

Urbano, que deveria cuidar de moradia e transporte, o Prefeito aprovou agora que vai usar o dinheiro do Fundurb para tapar buraco, para fazer recapeamento. Então, tirar dinheiro que seria para a habitação popular para fazer outra coisa. Nós não concordamos com isso. Então, é um desvio que não atende à demanda da população de baixa renda, que precisa de HIS, Habitação de Interesse Social. E a HIS é habitação por subsídio, não é financiamento habitacional. É subsídio.

Então, entendemos que os movimentos de moradia, os movimentos populares não estão sendo respeitados no projeto apresentado pela Câmara. E nós não acreditamos que haja força na Câmara Municipal, apesar da Silvia que é aguerrida, dos companheiros do PSOL, do PT que são aguerridos, e de algum outro do PSB que é aguerrido, não há força para alterar este Plano e o poder econômico das construtoras, o poder da especulação imobiliária está prevalecendo neste Plano. E nós, por não podermos mudar no Legislativo, apesar de toda luta e denúncia que será feita pela turma que defende o povo, nós vamos ter de judicializar. Vamos ter de ir ao Ministério Público, à Defensoria Pública para que não transformem o Plano Diretor em um plano imobiliário, em que a população simplesmente está excluída.

Então, esta é, um pouco, a opinião da FACESP a respeito do Plano Diretor.

Muito obrigado a todos e a todas. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Tonhão.

Passo a palavra, agora, à nossa convidada, Bia Novic, representante do MTST.

A SRA. BIA NOVIC – Boa noite a todos e a todas.

Eu queria começar retomando uma fala do próprio representante da Prefeitura de São Paulo, em que ele nos lembra que o Plano Diretor é o plano de lei que vai debater o planejamento de como a cidade vai funcionar. Eu preciso discordar, porque a pauta principal é moradia. Mas quando falamos de moradia, nós estamos falando de transporte, de acesso ao trabalho, de serviços públicos. Então, quando estamos debatendo aqui a revisão do Plano Diretor em relação à moradia, com certeza estamos falando de todas essas outras questões, como bem lembrou o Tonhão. Onde vamos construir moradia, existe a questão do trânsito, a questão do

meio ambiente, que é muito importante. E o Plano Diretor de 2014 nos trouxe vários avanços nesse sentido. Vou citar alguns deles como instrumentos de combate à desigualdade social. Primeiro, o Plano Diretor de 2014 prevê a notificação de imóveis que não cumprem função social; prevê a construção de moradia popular em áreas bem localizadas; e prevê o zoneamento específico de habitação popular, as ZEIS.

A questão é que estamos falando de revisão, mas o que nós vimos, nos últimos dez anos, foi o descumprimento de todos esses avanços que existem no Plano Diretor. Ou seja, estamos falando de revisão, mas, talvez, nessa revisão o que deveríamos discutir seriam instrumentos para que o Plano Diretor – que já existe com todos esses benefícios para a população -, seja cumprido. A Prefeitura deveria estar pensando em como fazer valer a lei que ela mesma fez em relação à moradia, em relação à preservação do meio ambiente e em relação a todas as pautas que foram citadas.

E visto isso, qual é a resposta que o Plano Diretor vem dando a partir de todo esse processo bem detalhado que o Tonhão nos passou aqui. Primeiro, não resolve o principal problema de São Paulo, que é habitação. Essa revisão não resolve em nada, pelo contrário, como ele já colocou, o Fundurb que era para ser destinado à habitação está indo para tapar buraco. Há dias a Prefeitura de São Paulo anunciou um orçamento de 30 bilhões de reais para este ano; e de 107 bilhões de reais para o ano que vem. Então, pergunto: falta dinheiro? 30 bilhões de reais só este ano, falta dinheiro para tapar os buracos, Tonhão? Acho que 30 bilhões dá e sobra.

Então, não precisaria mexer no dinheiro da moradia.

Outra coisa, as zonas destinadas à habitação, dentro dessa revisão, estão sofrendo alterações. E uma delas é a transformação dessas zonas em, por exemplo, parques. O Plano Diretor de 2014, previa quase 100 parques na cidade de São Paulo, e pouquíssimos foram realmente executados. Então, quando tiramos uma zona que seria destinada à habitação para construção de parque, não estamos contra a pauta do meio ambiente, mas estamos querendo dizer que se descobrem os dois santos, porque tanto o parque não está sendo executado, quanto

comunidades que estão há 10, 30, 50 anos já localizadas naquele zoneamento, vão ficar sem moradia, não vão ter para onde ir.

E nesse sentido quero trazer o caso da Ocupação Vila Nova Palestina, que fica aqui perto. É um caso muito representativo do que está acontecendo, o zoneamento é destinado à habitação, uma ocupação que tem 10 anos, e quando aconteceu uma grande parte do terreno já estava devastado. Ou seja, a própria Prefeitura já não estava cuidando daquela área. E se vocês observarem o entorno da Vila Nova Palestina, vão ver que é inteiro irregular. Então, a ocupação é o que garante a preservação do meio ambiente lá. Ou seja, dá sim para aliar a luta por moradia com a luta pela preservação do meio ambiente, até porque queremos morar e morar bem. Queremos morar perto de zonas de parque, de UBS, queremos um transporte digno e não ficarmos enlatados nos ônibus como ficamos. Então, a Vila Nova Palestina é a prova de que dá para unir as duas coisas.

Para além disso, o projeto habitacional da Vila Nova Palestina é um projeto habitacional modelo, que preserva 80% da área de preservação ambiental e somente 20% para a construção dos condomínios. Inclusive, condomínios sustentáveis, que preveem alternativas de energia, alternativas para captação de água. Então, ao invés de vermos no Plano Diretor a incorporação desses modelos, o que estamos vendo pela Prefeitura é exatamente o uso arbitrário do Plano Diretor, para interesses outros que não os do povo de São Paulo, que não do cidadão de São Paulo. Nós que somos de movimento social sabemos que esperamos cinco, 10, 15 anos pela nossa moradia. Vamos ter outra revisão do Plano Diretor lá na frente e vamos discutir a mesma coisa. Precisamos garantir que essa revisão do Plano Diretor marque os avanços, crie mecanismos para que isso seja cumprido.

E para finalizar, em nome dos meus companheiros e companheiras da Ocupação Vila Nova Palestina presentes aqui, quero designar um pedido para a Câmara dos Vereadores, na figura da Sílvia da Bancada Feminista, que é uma parceira, que coloque esse recado, que as centenas de famílias que vivem na Nova Palestina tenham aquele terreno continuando sendo destinado à habitação. Nós, da Vila Nova Palestina, não vamos aceitar nenhum ataque a nossa

ocupação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Bia, do MTST.

Quero anunciar a presença do Sr. Luciano José dos Santos, representando o Deputado Estadual Teonílio Barba.

Passo a palavra ao Odenil Gonçalves Leonel, Dirigente da FNL, Frente Nacional de Luta, conhecido por Dênis.

O SR. ODENIL GONÇALVES LEONEL – Boa noite a todos e a todas, primeiramente, agradecer o convite, agradecer à Mesa, em nome da companheira Sílvia, aos companheiros de luta, poder somar nesta audiência é um grande prazer.

Nós, da FNL, estamos adentrando aqui na Capital recentemente e viemos para somar na luta pela regularização fundiária, somar com os companheiros que já estão na luta há muito tempo. Estava comentando com a Bia, que estive no começo da Nova Palestina, quando houve o processo de ocupação. E deixar claro que a FNL se solidariza à luta que vocês vêm fazendo para manter o espaço e fazer acontecer a moradia social em São Paulo.

Deixar claro também, pegar um gancho na fala da Bia, sobre a questão do Plano Diretor já vigente. E se o Plano Diretor teve avanços nesse tempo que passou, essa revisão vem no sentido contrário, incentivando cada vez mais a especulação imobiliária. Hoje, estamos na região de Parelheiros ocupando duas áreas que se encontravam ociosas há mais de 20 anos, áreas que não cumpriam sua função social. E viemos fazendo o debate também da questão ambiental desses terrenos. São terrenos localizados em área de extrema densidade, todos os bairros vizinhos já têm infraestrutura e a área vem sendo discutida para permanência de implantação de área verde.

Então, isso nos traz uma grande preocupação, não que sejamos contra o meio ambiente, pelo contrário. Acho que moradia social não é contrária ao meio ambiente, acho que tem de caminhar junto, construir projetos sustentáveis. E vimos também nesse sentido discutindo algumas coisas com o Poder Público. A FNL também tem alguns projetos já em andamento em

outros estados, e vem dando certo a integração do meio ambiente com a moradia social.

Sobre essa questão da revisão, temos de nos atentar muito, cada revisão que se tem, isso é histórico, nós enquanto trabalhadores, boa parte, somos usados nessas discussões para beneficiar a especulação imobiliária. E isso não é de hoje, só que fique bem claro, não iremos continuar tolerando isso, nem a FNL, nem o MTST e nenhum outro movimento que esteja fazendo luta social por moradia. Não dá para continuarmos dessa maneira.

Outra coisa que também nos chama a atenção na fala do companheiro Tonhão, é a questão do Fundurb. Nós, enquanto movimento, não podemos deixar isso acontecer. Já deixamos claro isso na última audiência, tinha representante da Base do Governo na audiência. E deixamos bem claro, iremos acompanhar isso de perto, porque não é possível tirar dinheiro da habitação social, nós que já estamos sofrendo debaixo da lona há tantos anos nesses projetos de ocupações que temos. E tolerar que se tire dinheiro da habitação social para tapar buraco.

Então, já nos colocamos à disposição, vamos fazer essa discussão mais aprofundada. E se for necessário vamos discutir de perto com o Poder Público, para que não haja esse desmando com o dinheiro público. Não vou esticar muito mais, a audiência já começou um pouquinho além do horário. E o interessante da audiência é ouvir cada companheiro que está aqui. Boa noite a todos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Dênis. Passo a palavra para o André Araújo, representando o MRFU, Movimento de Regularização Fundiária e Urbanização.

O SR. ANDRÉ ARAÚJO – Boa noite a todos e todas, é um grande prazer estar aqui. Primeiramente, saúdo a nossa nobre Vereadora Silvia; os demais companheiros; a companheira Bia, do MTST; nosso companheiro Dênis; nosso comandante Tonhão, Diretor da FACESP. Saúdo também os companheiros do MRFU, cadê o pessoal da linha do trem?

- Manifestação do público.

O SR. ANDRÉ ARAÚJO – Tenho uma boa notícia para vocês, o Juiz deu uma liminar

suspendendo a remoção do pessoal da linha do trem. Parabéns.

Quero falar sobre a questão do Fundurb, o nosso companheiro Tonhão também falou, é essencial, o MRFU está brigando para fazer o enfrentamento, porque não adianta chorar, temos de ir para a discussão. Até convido nossos companheiros, o MTST, tinha falado até com o Luiz, outros companheiros também, o Dênis, para que possamos fazer um embate e criar uma frente de moradia popular, para que possamos introduzir as nossas propostas. Estamos propondo que 15% dos recursos do Fundurb, Fundo de Desenvolvimento Urbano da cidade de São Paulo, sejam destinados para a urbanização, regularização fundiária e assistência técnica.

Ontem estávamos com os companheiros, os arquitetos Vitor e Afonso, discutindo a viabilidade. Hoje, falamos de regularização fundiária, mas o que não falam é que somente o seu lote vai ser regularizado. Nós do MRFU não, nós discutimos regularização, mas com urbanização, com obras de drenagem, com projeto de regularização, também com a participação da população discutindo qual regularização, qual urbanização queremos. E outra, também aproveitar para regularizar as edificações. O Prefeito lançou um programa de anistia para quem já é regularizado, quem já está no lote regularizado. Porque não na urbanização e regularização popular, não podemos também regularizar as edificações. Essa é a primeira questão.

Outra questão, estamos defendendo que 30% dos recursos sejam carimbados para urbanização e regularização fundiária, da Secretaria de Habitação. Por que estou falando isso? Em 2016, quando tivemos o protocolo do Plano Municipal de Habitação, na Câmara Municipal, PL 619/2016, que deve estar parado em alguma prateleira, ou algum lugar da Câmara Municipal, tínhamos um diagnóstico de 750 mil famílias morando em assentamentos precários, em núcleos irregulares. De 2016 a 2021, a Prefeitura atendeu apenas 2%. Se continuar dessa forma, os números de 2016, vamos demorar 50 anos, para que você tenha a sua habitação regularizada. Não é isso que queremos.

Outra questão, temos de incluir na cidade de São Paulo, através do PDE, principal instrumento de planejamento, um compromisso de 100% de água na torneira e saneamento básico na cidade de São Paulo. Por quê? Estão querendo privatizar a Sabesp, isso é o fim da

tarifa social, da tarifa de vulnerabilidade. No Manacá da Serra, por exemplo, 99% das pessoas estão na tarifa social, como vai ser para essas pessoas? Então, estamos defendendo isso.

Outra questão, Vereadora Silvia, estamos defendendo que nas áreas de ZEIS, aqui foi falado sobre a função social, tenha o carimbo na matrícula dos imóveis nas áreas de ZEIS, dando preferência para a Secretaria de Habitação, para a Prefeitura mais rica – cidade de São Paulo -, para a construção de habitação de interesse social. Nós estamos defendendo, em relação à habitação de interesse social, que tenha uma fiscalização e as pessoas que são atendidas com habitação de interesse social, saiam do cadastro do NIS, saiam do cadastro de demanda da Cohab. Por quê? A Prefeitura de São Paulo admita no diagnóstico, no monitoramento, que ela não sabe quem vai morar nas habitações de interesse social. Então, isso é muito grave, porque o Prefeito está dizendo que vai entregar 20 mil moradias, mas para quem? Para você, para alguém que você conhece? Então, temos de fiscalizar isso, porque se a própria Prefeitura admite que não tem competência para fazer essa fiscalização, quem serão esses beneficiados? Estamos defendendo a devida transparência, a devida publicidade sobre isso.

Outra questão, o Plano Municipal de Habitação. Defendemos que tenha um prazo de 180 dias, para que seja votado na Câmara Municipal. Não podemos admitir que faz sete anos que o Plano Municipal está parado, está congelado. Enquanto isso, está sendo fatiada a política de habitação.

Outra situação que defendemos, é colocar na revisão do Plano Diretor Estratégico, uma obrigação de aprovação, em 180 dias, do Plano Municipal de Redução de Áreas de Risco, em Parelheiros, Capela do Socorro e nas áreas de mananciais, tivemos um crescimento de 66% de áreas de risco nessas áreas. Então, defendemos que tenhamos o seguinte, a implementação, conforme se disse aqui, mas temos de colocar um prazo. Não podemos colocar obrigações no Plano Diretor Estratégico, deixando lá livre, leve e solto. Por quê? Senão vamos ter novamente várias situações como aconteceram em São Sebastião. Isso vai ser uma rotina, mas como é a população pobre a maioria que vai morrer, ou vai ficar desabrigada, então, isso não vai ser de interesse. Então, temos de ter essa preocupação.

Quanto à questão da mobilidade. Não podemos falar em habitação sem falar em mobilidade. Temos de defender a implantação dos corredores de ônibus, da Celso Garcia, da Senador Teotônio Vilela, a ampliação da M'Boi Mirim, a questão da Radial Leste, a questão da Cidade Líder. Isso não está acontecendo. Por que não está acontecendo? É incompetência somente, é falta de interesse. Nós temos de defender isso, é no orçamento que isso tem de estar. No Plano Diretor tem de estar o seguinte, a implantação da tarifa zero. Nós defendemos a implantação gradual da tarifa zero, porque sem mobilidade não se consegue trabalhar, não se consegue estudar, não se consegue procurar emprego, não se consegue ter atividade cultural. Então, tem de estar no Plano Diretor a questão da tarifa zero, porque é uma questão de mobilidade, de acesso aos equipamentos sociais.

Já encerrando, outra questão, o Prefeito Ricardo Nunes fala que vai entregar 20 mil moradias. Nós temos diversos conjuntos habitacionais na cidade de São Paulo, e eu moro em um deles, Vereadora Silvia, moro no 5º andar. Temos na cidade de São Paulo, talvez, um grande problema, um grande problema não, uma grande característica, é o envelhecimento da cidade, pessoas perdendo a mobilidade. E nós defendemos a adaptação desses conjuntos habitacionais, para que as pessoas possam ter mobilidade. Em muitos conjuntos, hoje, as pessoas estão isoladas, pessoas com 75 anos, 60 anos, a maioria da Cohab José Bonifácio, Cohab Tiradentes, Cohab Adventista, Raposo Tavares, prédios sem elevador. Como vai ficar essa população? Isolada. Então, defendemos a mobilidade, o acesso, a instalação de elevadores. Se foram instalados nas estações de Metrô, por que não podem ser instalados nesses conjuntos habitacionais? Então, defendemos que essa população possa ser agraciada. E o Prefeito venha a investir, dando acessibilidade a esses conjuntos habitacionais.

Para encerrar, agora prometo, outra situação grave, Cingapura e outros conjuntos habitacionais. Cadê o programa de manutenção desses conjuntos habitacionais? Nós percebemos, ali na Av. Interlagos, Vereadora Silvia, que vários apartamentos, prédios, o Cingapura, estão com risco de cair. Na Zaki Narchi, por exemplo, tivemos um problema grave de gases. Temos de ter um programa municipal contíguo à Secretaria de Habitação, de manutenção

e conservação desses prédios. E áreas verdes também nos eixos de estruturação e transformação urbana.

Meu muito obrigado. Agradeço a oportunidade. Parabéns a todos os militantes.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, André. Agora, vamos ouvir o público que veio aqui participar da audiência pública. As inscrições foram feitas com o pessoal da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Tenho três folhas de inscritos e temos um tempo para essas pessoas falarem, o tempo regimental é de três minutos. Peço que as pessoas respeitem os três minutos para podermos ouvir todos, porque se um falar 10, o outro ficará prejudicado. Então, se todos falarem três minutos, todos vão conseguir falar. Combinado?

A primeira inscrita é a Simone Souza, do MTST.

A SRA. SIMONE SOUZA – Boa noite a todos e todas. Eu sou a Simone, sou do MTST, e veio uma boa parte dos companheiros do MTST nesta oportunidade, desta audiência pública em relação ao Plano Diretor. A maioria das pessoas que estão aqui hoje, são da nossa Ocupação Vila Nova Palestina, que está há 10 anos no terreno, com um número grande de famílias que moram dentro da ocupação, embaixo da lona, no barraco de madeira. Quem já passou por uma ocupação sabe do que estou falando, não é fácil, então, imaginem 10 anos.

E, agora, depois de 10 anos, surge a notícia que estão querendo usar aquela terra nossa - em que estamos há 10 anos, onde criamos filhos, muitas crianças nasceram ali -, para transformar em um parque. Somos contra parque? Não somos. Somos contra o verde? Não somos. Mas temos o entendimento de que as duas coisas podem andar uma ao lado da outra. A companheira Bia fez um relato em relação à Ocupação Nova Palestina, como dá para conviverem bem as duas coisas, mas parece que estão querendo dar preferência para fazer um parque.

Quem conhece a Vila Nova Palestina sabe que em frente já existe o parque. O parque é abandonado e quem está no entorno não tem condições de usar, porque não vão lá fazer a manutenção, limpar o parque, para que todos que estão ao redor, não só a Vila Nova Palestina,

como todo o bairro, possa usar? Mas não, onde há as famílias que estão ali consolidadas, estão correndo esse risco.

Mas o MTST tem disposição de lutar, o MTST tem disposição de vir à audiência pública exercer e garantir os seus direitos. Nós fomos em 2014, estávamos lá no Plano Diretor, agora estamos aqui na revisão, mas temos a expectativa de que mude, porque a periferia já está cansada de sofrer.

Regularização fundiária. Gente, quem mora na zona Sul sabe o que tem de comunidade que está necessitando da regularização fundiária há mais de 30, 40, 50 anos, mas nunca chega, nunca chega. As pessoas sofrem com falta de ônibus, as pessoas sofrem por não terem um endereço, as pessoas sofrem por não terem água, por não terem luz.

Então, eu acho que já está na hora dessa revisão do Plano Diretor resolver tudo isso; porque, se tivesse se cumprido o que foi relatado em 2014, não estaríamos aqui discutindo várias coisas que já foram discutidas em 2014, mas que infelizmente não foram implementadas.

Eu agradeço pelas pessoas que estão aqui, pelas pessoas que vão falar, por esta Mesa, a Vereadora Sílvia, que ajudou a trazer esta audiência para que nós pudéssemos participar. E a Vila Nova Palestina não arreda o pé e não aceitará o “não”. MTST!

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Chamo agora a próxima inscrita, Sra. Débora Lima, do MTST e Presidente do PSOL municipal.

A SRA. DÉBORA LIMA – Vou tentar utilizar o poder de síntese o mais rápido possível, porque são muitas atrocidades sendo colocadas nessa revisão do Plano Diretor.

Eu sou Coordenadora Nacional do MTST e também Presidenta do PSOL na capital de São Paulo e gostaria de parabenizar o trabalho que os Vereadores do PSOL vêm fazendo e, muito em especial, essa mulher guerreira Sílvia, representando a Bancada Feminista. Então, primeiro, peço uma salva de palmas para ela. (Palmas)

E eu quero, Sílvia, que você fale para os seus companheiros de Bancada que o povo está atento e qualquer retirada de direito será lembrada nas próximas eleições. Será lembrado,

não será esquecido. São poucos o que fazem o que você está fazendo vindo pisar o pé na periferia e nos escutar.

Em meio a tantas atrocidades colocadas, eu queria enfatizar que essa revisão, da forma como está sendo colocada, antidemocrática, ela não nos representa. É uma revisão que está cumprindo o rito da lei de audiência. Mas que rito é esse? Como o Tonhão até colocou. Aqui, a classe trabalhadora é feita de trabalhadores, diferentemente dos empresários, que podem estar nas audiências às 9h, 10h da manhã, porque nesse horário nós estamos trabalhando. Então, a forma como está sendo conduzida essa revisão realmente não nos representa.

Esperamos que o que vem sendo colocado nas pautas das audiências seja escutado; porque, do nosso ponto de vista, o que deveria ter sido feito eram conferências de escuta, antes da audiência.

Aqui, há diversos movimentos de moradia que, de fato, têm a preocupação com o povo trabalhador, com o povo que realmente precisa de todos os direitos porque, como diz a companheira Bia, a moradia faz parte de tudo: do meio ambiente, do social, do urbanismo, ela faz parte de tudo. E aqui estão os movimentos sociais que têm um compromisso de lutar por aqueles que precisam da moradia, que são as maiorias. Aqui estão as famílias que ganham de zero a dois salários-mínimos. Uma salva de palmas a todos os movimentos sociais que estão aqui representando. (Palmas)

Eu queria enfatizar que, da forma como está sendo conduzido este Plano Diretor, ele não nos representa; ele representa o interesse do mercado, ele representa o interesse do setor imobiliário, mas não nos representa.

Aqui está a ocupação do MTST, assim como nós ficamos, em 2014, no Plano Diretor, mais de 17 dias acampados em frente à Câmara Municipal para que as nossas vozes fossem escutadas. E o que estamos vendo é que o atual Prefeito Ricardo Nunes tem nojo de pobre, tem nojo de sem-teto, mas hoje estamos aqui nesta audiência para dizer que o sem-teto, que o pobre, terá voz. E, se for preciso, nós vamos parar São Paulo para que os nossos direitos, aquilo que

conquistamos com suor e que quem está no poder deveria garantir, sejam atendidos e executados.

Quero falar aqui em nome da Ocupação Vila Nova Palestina, que está sendo vítima de uma atrocidade desse atual Prefeito, dizer que nós não iremos sossegar. Ele mexeu com o formigueiro, e esse formigueiro é grande. E não tenho sombra de dúvida de que o nosso formigueiro MTST não estará sozinho, porque também há outros movimentos de moradia e não vamos permitir nenhum retrocesso. A Nova Palestina não vai virar parque e vai ser moradia, assim como foi conquistado na nossa luta.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Débora. Chamo a Sra. Silvia dos Santos Teixeira.

A SRA. SILVIA DOS SANTOS TEIXEIRA – Boa noite a todos. Eu sou enfermeira, trabalho no Hospital do Campo Limpo. Parabéns pelo nosso dia!

Eu quero enfatizar o que o companheiro citou sobre o acesso a elevadores dos prédios. Inclusive, conheço uma senhora que mora no prédio de habitação popular e que, para tomar banho de sol, precisa de quatro pessoas para descê-la. Nós precisamos de estabilidade nos prédios para subir, ter acesso, porque descer um paciente do quinto andar até o térreo para tomar banho de sol é impossível.

Falamos de moradia, sobre o parque ambiental, que temos do lado da Vila Nova Palestina, mas também precisamos de saúde. E o Prefeito Ricardo Nunes deixou a desejar também na área da saúde, porque eu fui fazer plantão no UPA Vera Cruz e não tem equipamento lá para atender um paciente com trombose, com infarto do miocárdio; não tem.

No Campo Limpo, a máquina de ressonância magnética está quebrada. Não temos. Muitas vezes, estou com um paciente no “choque” ou na emergência e vou à farmácia pegar uma dopamina ou uma noradrenalina e não tem; o médico tem que prescrever outro medicamento para substituir. Esse outro paciente resolve, o paciente até fica sedado, mas não totalmente. Então, nós estamos sofrendo não só com habitação, mas com saúde também.

Quero agradecer a todos que me deram a fala. Vereadora Sílvia, eu peço que o Prefeito Ricardo Nunes também nos ofereça estabilidade, porque não temos estabilidade na saúde. Cirurgias não estão sendo realizadas adequadamente; medicação, não temos. Máquinas para executar o raio-x, a ressonância, não temos. Não temos nada, ele abandonou toda a nossa cidade. Eu peço encarecidamente que olhe por nós, pela moradia, pela saúde, pelo bem-estar de todos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sílvia. Infelizmente, eu não tenho o poder que o Prefeito tem de transformar tudo.

Eu gostaria até de ter esse poder de mudar as coisas; mas, como parlamentar, a nossa tarefa é fiscalizar, ouvir todas as demandas de vocês, levar para a Câmara, levar para o Executivo. Inclusive, há representantes do Executivo aqui que estão ouvindo as reclamações e as faltas das coisas que vocês estão citando. E, com certeza, todas as demandas que têm a ver com a revisão do Plano Diretor serão levadas para a Comissão de Política Urbana.

Também queria pedir que os movimentos sociais depois façam, por escrito, para a gente encaminhar à Comissão de Política Urbana, para a gente ter um documento oficial das reivindicações de vocês.

Convido a Sra. Aline Bruno de Alencar, do CADES Parelheiros e da MRFU.

A SRA. ALINE BRUNO DE ALENCAR – Boa noite a todos. Eu sou do CADES de Parelheiros, achei muito interessante a fala que fizeram aqui sobre a questão ambiental. Ontem, nós tivemos a nossa reunião e eu já faço um convite para que ele faça parte dessa reunião do CADES, porque a gente quer levar o projeto para dentro das escolas, para dentro dos centros de assistência social, para as crianças e os jovens.

Eu vejo uma grande demanda de adultos e idosos aqui, mas e quanto aos jovens? Porque eles serão a próxima geração. Então, a falta de informação sobre como comprar um terreno, como adquirir um imóvel, é um problema; além da regularização fundiária, que leva anos. E a gente não pode realmente esperar anos.

Eu moro em Parelheiros e vejo a falta de saneamento básico, que é extremamente precário. É um descaso da Sabesp não levar um esgoto, uma água potável, de qualidade. Então, eu me sensibilizo pelo movimento, que falou que está ali há 10 anos vivendo embaixo de lona. Gente, será que ninguém consegue se unir para fazer uma casa consolidada para essas pessoas que estão nessa situação? É o momento também de colocar a mão na consciência.

Com tantos movimentos que existem e você está vendo o seu companheiro vivendo num barraco de madeira, numa lona, custa fazer então um mutirão para levantar? Acredita que não sairia caro. Então, essa questão da movimentação, de se unir, é muito válida.

Hoje está sendo discutido em Parelheiros sobre os R\$ 6 milhões destinados para o Conselho Participativo Municipal, que existe em todas as Subprefeituras; e a população tem que estar atenta a isso. São as nossas rendas, são nossos impostos. A gente cobra, mas a gente também não participa quando está aberta a Subprefeitura local. Então, a gente tem que se unir.

Eu estava conversando com uma senhora moradora da região e ela relatou a falta de pavimentação, os buracos. Os idosos sofrem muito com essa questão, porque eles acabam não visualizando esses buracos. E a ILUME, a Enel, não dão assistência. Há vários bairros sem iluminação pública, é um descaso que eles fazem.

Então, vamos nos reunir realmente. E que os Vereadores presentes, a Vereadora presente, realmente façam a voz de vocês que estão aqui, que se uniram. Hoje é uma sexta-feira, e a casa está cheia. Vocês estão de parabéns por isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Aline. Chamo o Sr. José Marcionílio dos Santos.

As inscrições serão encerradas depois da fala do Sr. José.

O SR. JOSÉ MARCIOLINIO DOS SANTOS – Para quem não me conhece, eu sou ativista, sim.

O voto do eleitor não tem partido A nem partido B. O bairro onde eu moro chama-se Jardim Aracati. O Milton Leite, os filhos do Milton Leite, foram lá enganar o eleitor. Estão fazendo

canalização do córrego em frente à base da PM, e eu estou pedindo aparelhagem para a população fazer academia ao ar livre; só que, quando foi o Deputado Vicentinho do PT lá, ele colocou a aparelhagem lá e a população roubou, vendeu, está tudo abandonado, só ficou um aparelho ou outro lá. Então, eu peço a aparelhagem para a população fazer academia ao ar livre no Jardim Aracati, na pracinha do povo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. José. Chamo a Sra. Joelma Costa Dias, da Ocupação Vila Nova Palestina.

A SRA. JOELMA COSTA DIAS – Boa noite a todos e todas. Quero iniciar a minha fala cumprimentando a Mesa, na pessoa da Vereadora Sílvia, a quem tenho muita gratidão pelo que ela está fazendo pelo movimento; e a companheira Regina, por ter cedido o espaço organizado.

Eu faço parte da Ocupação há 10 anos, luto por uma moradia digna e aprendi que a política é a arte de fazer o bem, é o dom de um cuidar do outro, o que não está sendo feito. Então, por falta de acordo, o Prefeito quer desapropriar aquela área que está destinada à moradia digna para fazer um parque; e eu quero dizer a ele que nós, da Ocupação, estamos ali e não vamos arredar o pé, porque nós somos conhecedores dos nossos direitos.

Nós aprendemos que democracia não é dádiva, democracia é luta, e a nossa luta é legítima.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sra. Joelma. Chamo o Sr. José Gonçalves de Almeida, defensor popular.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DE ALMEIDA – São Paulo tem muita casa sem gente e muita gente sem casa. O maldito do Vereador Rubinho fez um projeto, PL 102/23, em que toda pessoa de ocupação terá que pagar uma multa de R\$ 2.950,00. Vamos quebrar esse cara, ou não vamos? Vamos ou não vamos?

Queremos ter apoio, mostrar onde ele mora. Vamos acampar na casa dele, por fogo,

igual nós fizemos em São José dos Campos. Vamos queimar a casa dele, para ele aprender; porque, de acordo com o art. 8 do Estatuto da Cidade, todo e qualquer imóvel que, durante cinco anos, não pagar impostos tem que ser leiloado. E nós temos imóveis aqui de 30, 40 anos, que não pagam. Em todas as ocupações que a gente faz, a gente puxa a capivara. Se não estiver pagando imposto, a gente luta e ocupa.

Em 1982, fizemos a maior ocupação do Brasil no Guarapiranga, com 40.000 na margem da represa Guarapiranga. Dali, surgiu o conjunto habitacional Cohab Adventista no Grajaú e em diversos lugares.

Então, vocês estão de parabéns e continuem a luta. Estamos juntos. Daqui não saio, daqui ninguém me tira.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. José Gonçalves.

Chamo o Sr. Luiz Carabina, do mandato do Deputado Federal Alfredinho.

O SR. LUIZ CARABINA – Boa noite a todos e a todas. Todo mundo me conhece como Carabina.

Eu moro há 43 anos nessa região. Morava no Paranapanema e agora estou lá no fundão, no Vera Cruz. E quero parabenizar a todos que estão aqui, da Vila Nova Palestina e do fundão.

Na audiência pública de Santo Amaro, eu falei sobre transporte público. Está uma vergonha! O trabalhador pega o ônibus no Jardim Vera Cruz para chegar ao Piraporinha e leva duas horas e meia para chegar ao trabalho.

A minha esposa trabalha no posto de saúde no Jardim São Luís e passa duas horas e meia dentro do ônibus. Sai de lá às 19h, chega em casa às 22h quase todos os dias. Então, eu peço, por favor, Vereadora: entre em contato com o pessoal da Secretaria do Transporte, da mobilidade urbana, para que faça alguma coisa, porque está faltando ônibus para os trabalhadores. É uma vergonha para o Estado de São Paulo.

Cadê o Prefeito Ricardo Nunes? Cadê o Governador Tarcísio de Freitas? Vamos fazer alguma coisa pelos eleitores que elegeram esse povo. Está difícil. Minha esposa sai do Jardim Ângela, o Terminal Ângela, e vai a pé até o Vera Cruz à noite, porque não tem transporte público. Dizem que, por causa da pandemia, diminuiu 40%. Coloca todos esses ônibus para rodar. Cadê os ônibus de São Paulo? Isso é um absurdo.

Em relação à moradia, eu moro numa região onde conheço pessoas que moram dentro do córrego, precisando de moradia, outras pegando aluguel sendo despejadas, indo para a rua, para debaixo de lonas. Cadê os nossos governantes? Na época da Marta Suplicy, faziam esses prédios do CDHU, distribuíram vários apartamentos para o povo; e cadê os outros governantes que não fazem nada? Ninguém vê nenhum programa de moradia.

Esse povo da Vila Nova Palestina, há mais de 13 anos, vive lá e não fazem nada, gente. Faz uma construção. Tem dinheiro. Cadê o Minha Casa, Minha Vida? O povo precisa de moradia. É uma vergonha.

Vereadora, parabéns por estar nesta audiência. E eu quero agradecer, de coração, a cada um dos que vieram lá do fundão aqui nesta audiência. Parabéns. Vamos cobrar os nossos direitos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Chamo a Sra. Daniela dos Santos Barbosa, da FML.

A SRA. DANIELA DOS SANTOS BARBOSA – Boa noite a todos. Estou aqui representando a FML e a linha do trem também.

Nós precisamos de moradia, porque muitos não têm moradia. Quem tem moradia são os grandes, têm casa, têm tudo. E eu estou na Ocupação FML porque eu quero que legalize a minha casa, o meu território, que eu tenho filho, tenho família. E muitas mães, com filho, família, não têm para onde ir. Já pensou se tirarem todo mundo da ocupação? Vamos pra onde? Para a casa do Prefeito? Eu vou morar onde?

- Manifestação do público.

A SRA. DANIELA DOS SANTOS BARBOSA – Para mandar sair, é fácil; para querer despejar, é fácil. Eu quero saber para onde nós vamos se sairmos da ocupação? O Prefeito vai nos colocar onde? Ou vão pagar uma merrequinha de 400 reais por mês, que não dá para nada, nem para comer dá para comer?

Eu quero falar para o Sr. Prefeito que é para ele dar uma casa digna para os moradores da FML, e não nos tirar da ocupação, porque vamos lutar até o fim, vamos sair lá no bagaço, no futuro, mas nós não vamos sair da ocupação.

Lá, nós vamos ajudar a natureza, o verde também, porque nós, na moradia, vamos cuidar da natureza. E eles não entendem, acham que nós vamos estar lá na ocupação para derrubar tudo, acabar com tudo. Nós vamos até ajudar para ninguém tirar a natureza de lá, vamos plantar mais ainda. Se nós sairmos, vamos pra onde? Vamos acampar a nossa casa na Prefeitura?

Eu estou aqui representando a mãe de família que não tem moradia, não tem para onde ir. Na linha do trem, derrubaram várias casas, e não deram moradia para ninguém. O povo vai para onde? Não fala nada, não fala se vai dar a casa ou não. Aí um fala: “Ah, está na Minha Casa, Minha Vida.

Minha Casa, Minha Vida, o que, que eu não vejo nada? Eu não vejo fundamento nenhum. Eu não vejo o Prefeito ajudar em nada. Hoje em dia, só vale quem tem mais. O pobre está esquecido pela humanidade, ninguém está aí para o pobre, não. Hoje em dia, quem tem dinheiro é que vale mais.

A eleição está aí. E nós temos que lutar, agora, quando vier a eleição, saber em quem vamos votar, porque muitos só fazem promessa: “Ah, eu vou te dar isso, vou te dar aquilo”. E nós vamos morar onde? E a nossa moradia?

Eu estou na linha do trem. Eu estou até com medo de fazer alguma coisa e ser despejada a qualquer hora. Aí, eu estou na ocupação FLM tentando a sorte. O que eu quero é uma casa digna. O que eu quero é a minha casinha documentada, para eu saber que é minha mesmo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra a Sra. Tata Silva, da Associação dos Moradores Manacá da Serra, do MRFU.

A SRA. TATA SILVA – Boa noite a todos.

Quero cumprimentar todos da Mesa.

Eu me sinto honrada por poder estar lutando pela moradia das pessoas e pela minha moradia. É uma honra para mim. Eu vejo algumas pessoas saindo, indo embora, e eu fico pensando: “O que será que veio fazer aqui?” Porque não dá para você vir para uma audiência pública, mesmo que seja cansativa, e sair sem entender o que veio fazer.

Você veio aqui para defender a regularização da sua casa; você veio para pedir que coloquem, na revisão do Plano Diretor, dinheiro, aprovações que garantam a regularização do seu imóvel, porque, quando você regulariza uma casa, você vai ter que aquilo que todos os outros bairros têm – água encanada, esgoto, energia elétrica, CEP, ruas asfaltadas, equipamentos públicos, urbanização no seu bairro, e, principalmente, um endereço.

Um dia, o subprefeito, nas nossas lutas pelo Manacá do Serra ter vida... porque o que nós tínhamos lá era uma promessa de demolição de tudo. Quase que toda semana caía a sua liminar, e nós conseguíamos outra, graças ao Dr. André – que revolucionou a história do Manacá.

Eu acho que honra temos que dar a quem tem, a quem faz, a quem realmente luta pelo povo. Tem comunidades que o Dr. André defende que não tem condições de pagar, e ele está lá junto comigo lutando por essas famílias. Quando ele disse que o juiz deu uma liminar proibindo aquelas casas, aqueles barracos, de caírem, eu me emocionei. Sabe por quê? Porque pisamos na lama, andamos em carro com mais de dez pessoas em cima, para chegar antes da Subprefeitura de Parelheiros, junto com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Gente, vocês estão aqui para defender a moradia de vocês. Se não foi para isso que você veio, por favor, se retire e dê lugar para quem quer lutar.

- Manifestação do público.

A SRA. TATA SILVA – Dê lugar a quem precisa realmente de moradia, porque eu

preciso da regularização da minha casa.

Hoje, eu disse para as minhas filhas: “Hoje, vocês vão comigo, para vocês entenderem o que é lutar por uma moradia”. É pegar um ônibus, ou conseguir transporte gratuito, lutar, pedir para que todos nos ajudem a pagar uma condução para chegar aqui.

Eu acho um absurdo, é muito difícil, chegarmos numa sexta-feira, à noite, numa audiência pública, e conseguir ficar de olhos abertos, porque nós levantamos quatro horas da manhã para trabalhar. Mas é melhor estar aqui lutando pela sua casa do que ver a sua casa ser demolida, do que você ver alguém tirar o pouco que você tem. Tem famílias aqui que o pouco que têm são quatro tábuas, cinco, seis tábuas, e umas telhas em cima. Eles não têm banheiro para urinar, para fazer as suas necessidades fisiológicas.

E aí eu quero dizer uma coisa: só a regularização fundiária vai mudar essa realidade; moradia social para o nosso povo. Queremos moradia social. Queremos regularização fundiária.

Eu estou aqui para dizer: eu não vou descansar, eu não vou desistir, enquanto eu não ver a casa do povo regularizada, Sílvia, porque, senão, não vale a pena você estar aí, se não for para defender o direito do povo, se não for para mudar a realidade dele. Não adianta sairmos das nossas casas e não mudarmos essa realidade.

E eu sempre pergunto: quem vai lutar para mudar a sua realidade? Não é a realidade do Prefeito, não é a realidade dos Vereadores, é a sua realidade. E a sua realidade hoje é mudar a realidade da sua casa, é mudar a sua realidade, é mudar a realidade da sua filha, do seu filho, do seu neto.

Acorde, gente. Nós vamos ter que ir para a rua e dizer que nós precisamos de casa. Vamos ter que ir para ruar e dizer que precisamos de saneamento básico, que precisamos de energia, de água, de creche, de escola, que precisamos dos nossos direitos garantidos e assistidos pela Constituição.

Então, quem vai lutar pela sua casa? Quem vai?

Quando vai ser a última audiência?

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Dia 29, se não me engano.

É a última audiência.

A SRA. TATA SILVA – Vocês estão entendendo?

E onde ela vai ser, Silvia?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Lá na Câmara Municipal.

A SRA. TATA SILVA – Vocês estão ouvindo? Na casa do povo, não é, Silvia?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Sim.

A SRA. TATA SILVA – Vocês estão ouvindo? Onde vai ser a última audiência?

Onde?

- Manifestação do público.

A SRA. TATA SILVA – E eu quero saber quem vai com a Tata lá. Quem vai com o Tonhão. Quem vai com o Dr. André. Quem vai lá dizer que precisamos de regularização fundiária, que precisamos de casa regularizada e que nós não vamos mudar esse conceito dentro de nós? Nós não vamos mudar esse conceito. Não vamos! Não vamos! Não vamos mudar esse conceito.

Muito obriga a todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra a Sra. Kelly Cristina, presidente do Instituto Sorriso de Criança.

A SRA. KELLY CRISTINA – Boa noite a todos. Eu sou a Kelly, presidente do Instituto Sorriso de Criança. Eu sou conselheira gestora da UBS Anchieta. Estou aqui para defender e para representar o Movimento Anchieta de Luta pela Moradia. E nós, da FNL (Frente Nacional de Luta) estamos na luta pela moradia.

Cadê o povo da FNL?

- Manifestação do público.

A SRA. KELLY CRISTINA – Estamos aí.

Estou aqui para dizer que eu estou aqui para representar a luta do povo que se encontra nesta noite. Saíram das suas casas, dos seus barracos, para defender moradia digna.

Estou aqui para dizer que nós não queremos passar o resto das nossas vidas ocupando, nós queremos moradia digna, moradia regularizada. Isso é o que nós queremos.

Queremos ter direito a saneamento básico, água, luz, esgoto.

Estamos há dez anos dentro da Ocupação Anchieta. Não temos um banheiro onde possamos fazer as necessidades com esgoto encanado. Isso é uma vergonha. Em pleno século 21, não ter saneamento básico. São centenas de pessoas em uma situação lastimável. Não temos um CEP, não podemos receber uma carta, temos que receber uma carta na casa dos parentes. Vamos rever tudo isso no Plano Diretor. Falando, parece mentira, mas não é, essa é a realidade de muitos que se encontram aqui.

Estou aqui também para defender o Movimento de Luta pela Saúde.

A nossa saúde se encontra na UTI.

No distrito de M'Boi Mirim, o povo não tem um equipamento de ressonância magnética. Isso é uma vergonha. Os próprios conselheiros pedem a ajuda para o lado de lá, para todos os lados. Tem pessoas doentes, precisando de uma ressonância magnética, e não tem como fazer não seu município.

Isso é uma vergonha, né, Vereadora? Pois é.

Hoje eu estou aqui para representar o movimento de saúde.

Nas UBS, todas, de São Paulo, eu quero dizer: se tiver alguém aqui que represente alguma UBS, algum hospital que tenha um quadro de médicos completo, pode levantar mão. (Pausa) Não temos uma UBS, não temos hospital com quadro completo de médicos. Isso é uma verdadeira vergonha.

Quero também falar para que revejam as políticas de SAN [Segurança Alimentar Nutricional], que foram extintas. Isso é uma vergonha. Estamos falando sobre a alimentação das nossas crianças na escola, que estão passando fome, que parece que comem uma lavagem, uma comida sem tempero, sem nada. Isso é uma vergonha, em pleno século 21.

Quero deixar o meu muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Kelly.

Chamo agora o Paulo Roberto Souza, da Comunidade da Vila Nascente.

O SR. PAULO ROBERTO SOUZA – Boa noite a todos e a todas.

Como vocês viram, eu me chamo Paulo, moro na Comunidade da Vila Nascente. E agradeço a oportunidade. Obrigado a todos. E agradeço à Kelly, pelo convite.

Eu vim aqui a pedido do povo, porque eu sou o povo.

Como falam: “A voz do povo é a voz de Deus”. Igual a vocês, eu moro numa comunidade há 30 anos. Hoje, eu tenho dúvida entre a esperança e a insegurança. Por que esperança? Porque, igual a vocês, eu moro na Vila Nascente há 30 anos, e são os mesmos problemas do século passado.

Hoje, não éramos para estar falando de moradia, porque, a cada dia que passa, em vez de melhorar, piora. Hoje, é moradia, é água, é o meio ambiente.

Ainda bem que tem pessoas que se preocupam. Muito obrigado. Porque, se vocês se preocupam, pessoas do bem, é sinal que a esperança continua ativa. A minha esperança está em cada um de vocês, que tem a voz, estão aqui hoje nos representando.

Muito obrigado a cada um de vocês. É para vocês.

Meio Ambiente.

Vocês já ouviram falar do Zé Cabrita? Parece brincadeira.

Eu vejo esse homem. Ele sai com uma moto velha que parece até louco, mas não é, o QI dele é extremamente alto. Por quê? Eu vejo ele plantando, catando lixo. Ele está preocupado com a água, ele está preocupado com a vida. E a vida é cada um de nós aqui. Acabou a água, nós morremos. (Palmas)

Agora, sem água, nós não vivemos. E sem casa também não.

O que é mais importante? Meio Ambiente? É. Então, fica água, a vida, seres humanos. Somos seres humanos. Ou seja, eu tenho que cuidar do meio ambiente – não é só vocês –, eu tenho essa responsabilidade.

Eu vim aqui cobrar o quê? Há 30 anos que eu corro atrás de um documento para uma área de assentamento.

Muito obrigado por vocês lembrarem.

E da mesma foram que também tem pessoas que pediram para mim: “Paulinho, por

favor, pede para eles...” Tem uma viela lá que inunda, justamente porque arrancaram as árvores. A água, quando vem, inunda. É a viela Água Branca.

E a viela Pingo d’Água, tem uma cadeirante que passa lá. Ela é estreita. E o que acontece? A família desta cadeirante, quando vai levar ela para o Lucélia, que é questão de um quilômetro, passa pela viela para encurtar o caminho. O que fizeram, gente? Para não passar a moto, fecharam a viela com aquelas barras...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. PAULO ROBERTO SOUZA – Pois não?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua.

O SR. PAULO ROBERTO SOUZA – Já vou concluir. Desculpe. Desculpe o horário, gente.

Concluindo: muito obrigado pela atenção de vocês. E a responsabilidade é de cada um. Muito obrigado pela esperança que vocês trouxeram. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Lembrando que nós temos alguns representantes do Executivo, que também estão tomando nota das demandas. Acredito que vão levar para as suas secretarias e também para a suas subprefeituras. Algumas coisas que são próprias para demandarem.

Tem a palavra a Sra. Maria dos Anjos, líder comunitária do Vera Cruz.

Antes da Maria falar, quero anunciar algumas pessoas que não conseguiram se inscrever, mas que são lideranças que estão aqui presentes: “a Dona Ana, da Ocupação Pinheiral; o Fernando Ó, do Movimento de Luta por Emprego; o Chico, da Associação Rosa Luxemburgo; a Maria, do MDM – Movimento pelo Direito à Moradia –; e o Geraldo, do SOS Transporte M’Boi Mirim. (Palmas)

Essas pessoas estão contempladas com o anúncio.

Tem a palavra a Sra. Maria dos Anjos.

A SRA. MARIA DOS ANJOS – Boa noite a todos.

Eu sou a Maria dos Anjos, faço parte também do conselho da saúde da região e

também estou no Cades do M'Boi Mirim, que é o Conselho do Meio Ambiente.

Eu ouvi todos falarem da parte da moradia. E nós nos preocupamos, sim, com a moradia. Mas antes de se preocupar com a moradia, eu queria saber da Vereadora Silvia por que não tem mais representante da Câmara Municipal com ela na audiência de hoje, porque é um assunto muito sério, delicado, porque se trata de leis. E leis, para serem cumpridas, tem que ser com os seus pares. E nós sabemos que dentro da Câmara dos Vereadores tem 55 Vereadores. Por que só tem ela aqui representando nesta revisão do Plano Diretor?

A situação da moradia não é uma coisa só do Prefeito, ela vem com a responsabilidade do Prefeito, do Governo do Estado e também do Governo Federal.

E por que essa preocupação de falar tudo isso para vocês?

Vamos cobrar primeiramente quem nós votamos. E saber que nós temos que cobrar um plano de moradia, com uma responsabilidade muito grande, que todos aqui têm. Eu estou falando com vocês, porque eu também moro em área de manancial – eu moro há 45 anos no Vera Cruz. Eu estou há quase 60 anos em São Paulo. Vejam vocês a minha idade.

Nós nos preocupamos muito com a nossa região, que é onde estamos reivindicando moradias. E por que eu estou cobrando dos parlamentares? Porque essa responsabilidade de moradia é uma coisa muito séria, Vereadora. Há muito tempo, eu vejo o pessoal lutando por moradia, e não vimos nenhum comprometimento dos nossos governantes em determinar uma área onde se possa fazer habitação para as pessoas que não têm teto.

Essas pessoas, às vezes, ocupam parte da represa; ocupam os lugares destinados a ser parques, onde tem as nascentes; eles estão ocupando todas as áreas que não eram para estarem sendo ocupadas. A responsabilidade é deles? Claro que não. A responsabilidade é dos nossos parlamentares, a responsabilidade é dos nossos governantes, do nosso Prefeito, do nosso Governo Estadual, do nosso Governo Federal, que não tem um plano de moradia para apresentar para essa população. E o pouco que tem faz às escondidas, que não sabemos para quem é e para quem vão ser as moradias.

Nós, que moramos nesta região, tem esse comprometimento de cobrar isso aqui

numa audiência; pedir para esse Plano Diretor respeitar as leis, inclusive, as leis dos parques que estão lá, porque tem vários parques definidos no Plano Diretor, e precisa ser cumprido, precisamos ter esse comprometimento de cobrar isso. E também que esse Prefeito e esses governos, junto com os parlamentares que fazem as leis, nos digam qual é o projeto de moradia que tem para essa região sul. Isso precisa ser apresentado.

E sabemos que temos uma constituição com leis que nos garantem transporte, moradia, saúde. E nada disso está sendo cumprido.

Nessa nossa região do Jardim Ângela, as pessoas são atendidas de qualquer jeito dentro do posto de saúde, porque não tem um cadastro de moradia. Isso precisa ser mudado.

Eu sou do conselho, eu sei a luta que é para atender essas pessoas estão dentro dessas ocupações, a humilhação que passam, não por quem está atendendo lá, mas porque não tem condições de atender essas pessoas sem o cadastro de moradia do território. E isso é de responsabilidade do Prefeito, da Câmara e dos deputados fazerem leis, que é para isso que nós votamos.

Então, eu me admiro muito, numa noite dessa, só ter uma Vereadora para falar sobre isso.

Nós temos que saber cobrar em conjunto. E cobrar dos nossos parlamentares, aqueles que nós elegemos, e o nosso governo, que isso não pode continuar.

Essa M'Boi Mirim é outra vergonha.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. MARIA DOS ANJOS – Passamos quatro horas na M'Boi Mirim para chegar no nosso trabalho e depois voltar para casa. Essa é outra vergonha que precisa ser vista também no Plano Diretor.

E o meio ambiente precisa ser responsabilidade...

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Dona Maria, conclua, por favor.

A SRA. MARIA DOS ANJOS – Todos os nossos governantes que não estão

cumprindo o Plano Diretor no caso do meio ambiente. É isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra o Sr. Mauro Serafim da Silva, da Frente Nacional de Luta.

O SR. MAURO SERAFIM DA SILVA – Todos digam amém, Jesus!

- Manifestação do público.

O SR. MAURO SERAFIM DA SILVA – É, se não colocar Deus na frente, meus irmãos, nada é resolvido!

Digam “Glória ao Pai”!

- Manifestação do público.

O SR. MAURO SERAFIM DA SILVA – Glória ao Filho! Glória ao Espírito Santo!

Operando Deus, quem impedirá?

Meus irmãos, em 2013 e 2014, eu participei daquela ocupação ali, pertinho do Cemitério São Luiz e, ali, atiraram e jogaram bomba nos meus pés, mas eu não desisti e nem vou desistir. Eu tenho os meus 18 anos de idade – vocês dão risada, é? (Risos) Não podemos desistir, meus irmãos, porque a terra não tem dono. A terra é de todos nós e nós temos que lutar pelos nossos direitos, moradia. Como eu acabei de falar, 18 anos de idade, não tenho uma casa para morar.

Meus irmãos, quando foi implantando o famoso Fundo de Garantia, muitas pessoas não sabem que ele foi criado exatamente para isso, para o governo pegar o recolhimento do fundo para garantir a casa do trabalhador. Muitos de vocês talvez não soubessem, não sabem e estão sabendo agora. Mas ele pega, meus irmãos, o Fundo de Garantia, o meu e o seu, e vai bancar moradia de luxo para esses algozes da vida. E eu e você que trabalhamos, como eu com 79 anos, ainda trabalho para o sustento, para garantir ainda, meus irmãos, um teto para proteger a minha careca.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. MAURO SERAFIM DA SILVA – Entra prefeito, sai prefeito; entre governador, sai governador; prometem, meus irmãos, mundos e fundos, e a gente fica aqui, muitas vezes,

batendo palma para defunto. Porque esses homens...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, Sr. Mauro.

O SR. MAURO SERAFIM DA SILVA – ...entre aspas -, são defuntos, são sepulcros caiados, como diz a palavra de Deus. No dia da eleição, ele fica batendo na minha, na sua e nas vossas portas, pedindo voto. Eu fiquei, meus irmãos, no Conselho Participativo da Prefeitura do M'Boi Mirim por quatro anos e quantas promessas, e não sai do papel.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Sr. Mauro, conclua, por favor.

O SR. MAURO SERAFIM DA SILVA – Vamos encerrar. Eu tenho dó da senhora ou senhorita que está recebendo hoje as pauladas e você vai levar a reivindicação desse povo para o prefeito, para os vereadores, para os deputados e assim sucessivamente. (Palmas) Eu conheço vocês dois, conheço também ele.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe. Tudo o que vocês forem fazer, meus irmãos, coloquem Deus na frente, meus irmãos. Porque Ele é o guerreiro e Ele está guerreando por toda essa multidão que está aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. Mauro.

O SR. MAURO SERAFIM DA SILVA – E as palmas que levam o nome santo do Senhor. Muito obrigado. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. Mauro. Chamo agora Cleuza Gomes da Silva, da Chácara Bananal, e se prepara Alessandra Ramos.

A SRA. CLEUZA GOMES DA SILVA – Boa noite a todos. Eu vou falar pouco, porque eu não sou de falar muito. Só vou falar o essencial.

Eu moro na Chácara Bananal já há quase 30 anos, agora que começou a ter uma aguinha, uma luzinha, mas documentação que é bom, nada. E quando foi anteontem, veio a ordem de despejo. Estou aqui com essa ordem de despejo, porque o Cardeal Rossi, que faz parte das igrejas, disse que vai tirar uma parte, uns cinco metros, porque eles fizeram o muro errado. E nós temos culpa que eles fizeram o muro errado? Fizeram o muro errado, vão tirar

essas casas de lá. Eu não acho justo, porque as casas não estão construídas do lado do Cardeal Rossi, estão construídas pelo lado de cá, e nós vamos brigar por causa disso.

Tem muitos pais de família, mães de família, chorando, porque não sabem o que fazer. Chegaram com uma máquina, derrubaram a casa sem notificação. Nós estamos indignados com isso aí. Deram 15 dias para o pessoal sair das casas. Aí a gente está lá sem saber o que fazer com essa ordem de despejo.

Hoje eu fui na Divisão de Patrimônio Ambiental, e o que eles me disseram: me mostraram um mapa, disseram que realmente está dentro do Cardeal Rossi e se as outras casas estivessem desocupadas que iam derrubar, mas ainda bem que tem gente morando nas outras casas.

Então eles jogaram para uma outra, disseram que agora não é com eles mais. Eles falaram: vocês podem ficar despreocupados que agora isso aí não é com a gente mais.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. CLEUZA GOMES DA SILVA – Me deram aqui uma sigla que eu não sei nem o que que é. Ah, é CAB. Cohab, né? Deve ser.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLEUZA GOMES DA SILVA – Sehab, exatamente, é isso aí. Então me deram essa sigla aqui e falaram para a gente ficar despreocupado que está com eles agora. E a gente está lá, os pais de família chorando, sem saber o que fazer. Essa casa que foi derrubada, o pai de família está lá, sem saber o que fazer.

E eu quero agradecer pela oportunidade que me deu e dar um feliz Dia das Mães para todas as mães, gente. (Palmas) Que Deus abençoe a cada um de nós, e eu também sou da Palestina, viu? Eu luto lá desde o diazinho que começou, eu estou lá, e vou ficar lutando, se Deus quiser. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada. Dona Cleuza, a senhora pode mostrar o documento para o Dr. André dar uma olhada?

Enquanto isso, chamo a próxima, Alessandra Ramos, e se prepara, Eva Vieira dos

Santos.

A SRA. ALESSANDRA RAMOS – Boa noite a todos. Eu me chamo Alessandra. Eu estou representando o pessoal do Jardim São Luís.

Em 2014, havia 1.500 pessoas em um terreno localizado na Rua José Barros Magaldi, terreno que não cumpria sua função social. Houve uma promessa dos órgãos responsáveis que todas as famílias que estavam nesse local seriam cadastradas na CDHU, Cohab e na Sehab. Houve reintegração de posse. Hoje, o terreno está lá. Nove anos se passaram, o terreno está com seguranças protegendo o local dos moradores que não têm casa e que estavam nessa reintegração de posse de voltarem ao terreno.

Em uma reunião com a CDHU no dia 3 de abril, a Comissão da Diretoria nos recebeu. Os responsáveis da diretoria que estavam lá, uns com cargo de indicação, nem sabiam que o terreno existia, e nem a história das famílias de 2014.

Hoje, viemos aqui, em conjunto com a Frente Nacional de Luta, pela luta por essas famílias que não tiveram resposta até hoje, e não foi construído empreendimento social nesse local. Nós queremos uma atenção da Subprefeitura do M'Boi Mirim para saber cadê o cadastro dessas famílias, que muitas delas já faleceram e a gente quer saber: cadê o cadastro da gente? Nós queremos nenhuma mulher sem casa, *tá*.

Algumas pessoas também vieram do Jardim São Luís, da Comunidade Erundina. Tem algumas casas que estão rachadas, algumas pessoas saíram do local, mas estão falando que vão voltar, porque nem o auxílio aluguel receberam. A gente quer uma atenção, por favor, da Subprefeitura do M'Boi Mirim.

Deputada, obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Sou vereadora ainda. Obrigada, Alessandra.

Agora chamo a Eva Vieira dos Santos.

Eu acho que vou pedir uma reunião com a Subprefeitura do M'Boi Mirim. Viu, representante da Subprefeitura. Eu vou fazer um ofício pedindo uma reunião com o Subprefeito,

para tratar de todas as questões, pode ser? Está bom. (Palmas) Vamos ver se eles ajudam a gente. Tem coisas que não é com a subprefeitura, tem coisas que é com o Secretário do Verde e do Meio Ambiente. No caso da senhora, a gente tem que ver onde é, para a gente ir atrás.

A SRA. EVA VIEIRA DOS SANTOS – Boa noite, Vereadora. Gostaria de falar em nome da minha filha chamada Camila Vieira dos Santos. Ela só tinha sete anos quando estava na escola e sofreu um estupro, e até hoje não me deram resposta. A escola tem o muro baixo, pularam o muro, abusaram da minha filha, entendeu. E eu estou aqui em nome da minha filha. Tive que transferir a minha filha da Escola Estadual Jardim Aracati. Danos morais, danos pessoais, psicológicos.

O MST me ajudou muito com psicólogo, e faz tempo que nós precisamos. Nossas crianças estão sofrendo na escola. É abuso, é droga. Está entendendo, Vereadora? Se fosse o filho do Prefeito? Ele fazia o quê? Ahn! Cadê, cadê a autoridade? O juiz me deu uma carta. Eu fui lá no fórum e eles me falaram que já deu pau no processo, e como é que eu fico? Eu sou mãe. E se tivessem matado a minha filha? Seria mais uma vítima, como está sendo agora, que nem essas professoras mortas. Entendeu? Nós precisamos de segurança nas escolas, polícia. Nós precisamos de moradia. É uma vergonha. Eu tenho vergonha de ser brasileira. É uma vergonha o nosso país. (Palmas) Não tem moradia! Nós precisamos de moradia digna!

Esse fundão está esquecido! Olha, eu saio do médico às 18 horas, chego às 21 horas com a minha filha, um trânsito que ninguém aguenta. Precisamos de ônibus. Precisamos de obra. Precisamos de metrô. Duplicação, já! Duplicação da M'Boi Mirim! (Palmas) Nós precisamos. Está entendendo? Até hoje me calou, mas não me calou.

Eu fui lá no negócio do Lula, não deixaram eu falar. O Presidente estava lá com segurança, quer dizer que minha filha estava na escola, sofreu um abuso e a professora falou que não era nada. Ah, não é nada, mãezinha. Que coisa tão séria, né.

Eu quero uma resposta de vocês. Já! Está entendendo? Não pode ficar do jeito que está. Podia ser a sua filha. A dor está em mim. Está entendendo? Dói muito, e muito mesmo. Esse Prefeito, que nós botamos lá! Cadê, você? Não faz nada por nós. Trata nós como lixo. Não

temos direito de moradia. Não temos direito de uma escola digna para os nossos filhos!

É isso. Não me calo. Não me calo. Hoje minha filha não pode falar com uma pessoa de cor que ela trava, ela chora, atrapalhou nos estudos da minha filha. Ela precisa do TEG. Está entendendo? Há três anos, ela precisa do TEG, até hoje não me deram o TEG. O TEG leva, ela fica das sete às 15h. Eu tenho que ir buscar. A minha vida virou um sofrimento depois desse estupro. Entendeu?

É só isso. Eu quero justiça. Quero que o nosso Prefeito tome vergonha na cara! É só isso. (Palmas)

- Manifestação do público: “Justiça”.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – E agora eu chamo o último inscrito, que é o Sr. André Faustino do Nascimento, da Vila Nova Palestina.

O SR. ANDRÉ FAUSTINO DO NASCIMENTO – Obrigado, companheiros, pela oportunidade de estar falando aqui perante todos vocês.

O que eu queria falar é que vocês tomem fôlego. Vocês viram aí a reivindicação de todo o povo e não é novidade para nenhum deles a reivindicação. Isso é antigo, a gente está na rua desde quando? A Vila Nova Palestina está na rua há dez anos, mas, e o povo, que já está de cabeça branca, de estar lutando, de estar acreditando sempre que o dia vai ser diferente, que chegam promessas, entram promessas, saem promessas e tudo o que a gente tem é só promessa sobre promessa.

A única força, a única voz que a gente tem são os movimentos. Então eu quero que todo mundo aqui tenha consciência, respeito, por todos os movimentos que aqui se apresentaram hoje, que vêm se apresentando perante esse povo que a gente elege, mas que, no fim das contas, eles tornam a gente como inimigos deles. É incrível como eles conseguem virar a chave de uma maneira tão rápida e esquecer que quem os elegeu foi o povo, e um voto direto e um voto que às vezes não é fácil, porque eles acabam colocando o povo contra o próprio povo, por causa de partidos, por causa de promessas, que eles não vão cumprir.

Olha o tanto de reivindicação que não é de hoje. Olha a indignação dessa senhora,

sem resposta; daquela outra senhora, com documento sobre a mesa. Isso não é novidade para nenhum deles. E a gente quer agradecer, porque tinha que ser uma mulher de força, de coragem para vir de lá até aqui, no meio dos humildes, uma pessoa que entende como é que a gente sofre, mas às vezes infelizmente a sua voz é embargada a dois passos fora daqui.

Então os representantes do Prefeito que estão aqui, que é um Prefeito que nem foi eleito por nós, por fatalidade ele tomou a cadeira, que ele cumpra com deveres que nem foi ele que escreveu. Foi um dever que já estava lá, que ele só deveria cumprir. Então ele sentou na cadeira para descumprir coisas que nem tinha a ver com a alçada dele. Então se ele não é um homem público, ele não deveria sentar em cadeiras públicas. Se ele não gosta do povo, se ele não gosta de conversar com o povo, ele não deveria sentar em mandatos, que vão bater de frente com o povo.

A gente não é inimigo do Prefeito. Que essa nossa voz chegue até ele, não como uma voz de ameaça, mas como a voz de um povo que é honesto, um povo trabalhador, um povo que é sério, que não veio aqui brincar mais uma vez e que já está cansado de estar levantando a voz, de ir lá, conversar e o Prefeito dizer: “Tudo bem. Eu ouvi e vou tentar fazer o melhor”. Vira as costas, eu quero fazer parque, eu quero fazer rua, eu quero fazer isso. Tem que fazer, tem, mas não pode esquecer que quem vai no parque são as pessoas que estão procurando moradia, que estão dentro de barraco, que estão debaixo de lona. E como que vai feliz num parque levar o filho? Sendo que ele não tem dinheiro para o filho comer uma pipoca? Sendo que ele não tem dinheiro para o filho poder levantar uma bexiga? Não dá para ser feliz dessa forma.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. ANDRÉ FAUSTINO DO NASCIMENTO – Eu quero agradecer a presença de todos vocês, e vamos continuar lutando, companheiros.

Só nós vamos conseguir fazer valer a nossa voz. (Palmas)

- Manifestação do público: “Queremos moradia”.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Vamos encaminhar, então. Agora a gente vai passar para os encaminhamentos desta audiência e também para o

encerramento.

Primeiro eu queria dizer que agradeço a todas as pessoas que vieram aqui hoje participar. Muitas saíram direito do serviço e vieram para cá, numa sexta-feira à noite. Gente, muitas vezes uma audiência pública é o único espaço que a pessoa tem para fazer um desabafo, para falar do seu problema, para trazer a sua demanda.

Então, muitas coisas que vieram para cá são parte da revisão do Plano Diretor, muitas outras não são parte da revisão do Plano Diretor. A gente vai tentar encaminhar todas essas que não são parte da revisão do Plano Diretor para a reunião com o Secretário ou com a Subprefeitura para ver como podemos ajudar a resolver.

Em relação à revisão do Plano Diretor, quais foram os assuntos tratados aqui. Primeiro assunto: a Vila Nova Palestina. (Palmas) O nosso compromisso é que a Ocupação Nova Palestina não seja desapropriada, não seja retirada, não haja reintegração de posse e que as novas moradias sejam naquele lugar onde vocês ocuparam há dez anos. (Palmas) Recentemente vocês, da Ocupação, fizeram uma ocupação inclusive em frente à Prefeitura, depois foram até à Câmara Municipal, e conseguimos uma reunião com o Presidente da Câmara. A partir dessa reunião, começou uma série de negociações. Então vocês já estão num processo de negociação e a gente vai querer que, dentro da revisão do Plano Diretor, não haja nenhuma forma de vocês saírem do local. Que vocês conquistem a moradia, lá. (Palmas)

Mas o que eu quero dizer, gente, é que isso não está certo. Nós vamos lutar. E para a gente conseguir isso, no dia em que for votar o Plano, vocês têm que estar lá na Câmara. (Palmas) Porque a nossa força lá dentro, com os Vereadores, é com o povo na rua. Se não tem povo na rua, lá na Câmara, a gente é minoria e não consegue. Mas se tem povo na rua, se tem povo dentro da Câmara, a gente tem força para conseguir. Então o nosso compromisso é ajudar a Ocupação Nova Palestina a permanecer lá, ter a moradia lá. (Palmas)

Outra coisa é a moradia e a regularização fundiária. Vejam bem, São Paulo tem 369 mil moradias em déficit. Estão faltando 369 mil casas para as pessoas e tem 850 mil domicílios sem regularização fundiária. A gente fala “queremos moradia, queremos regularização fundiária”,

então precisa saber o seguinte, que para fazer isso precisa de recursos, de dinheiro. Se precisa de dinheiro para moradia e para regularização fundiária, o dinheiro do Fundo para Moradia não pode ser desviado para tapar buraco. Não.

Tem que ser 30% do Fundurb para moradia e, depois de dois anos, esses 30% não podem cair. Os 30% do dinheiro do Fundurb têm que ser sagrado. Tem que continuar a ser destinado para a construção de novas moradias. E a nossa proposta é uma emenda que vai garantir, além dos 30, mais 15% para regularização fundiária. (Palmas) Por quê, gente? Porque aqui na zona Sul são 255 loteamentos irregulares. Se você tem um loteamento irregular e mora num loteamento irregular, você não tem direito a saneamento, não tem direito a UBS, não tem direito a asfalto, não tem direito a creche dentro da ocupação, então precisa regularizar. Para regularizar precisa de recurso e o recurso existe, só que ele não pode ser desviado para outros fins. Nós estamos defendendo 15% do Fundurb para a regularização fundiária. Também contamos com vocês na Câmara para conseguir isso. (Palmas) Regularização e urbanização.

Nós também temos uma emenda muito importante, que já apresentamos, já protocolamos, que é prioridade para as mulheres vítimas de violência na fila da moradia. Nós precisamos. A maioria das pessoas que falaram aqui é de mulheres, porque a maioria das lideranças das ocupações é de mulheres, então nós precisamos garantir que não só as mulheres tenham prioridade na fila da moradia, mas que também as mulheres vítimas de violência tenham essa prioridade, porque nós precisamos romper o ciclo de violência e as mulheres muitas vezes não têm para onde ir quando estão sofrendo violência doméstica; então também é um compromisso. Essa emenda, inclusive, provavelmente será aceita pelo Executivo, então vai ser uma vitória das mulheres.

A questão de quem tem que contribuir com o Fundurb. Nós precisamos de mais dinheiro, de mais recursos. Quem é que tem que contribuir com isso? As grandes construtoras, os grandes empreendimentos, a especulação imobiliária; eles têm que pagar. Nós queremos mais dinheiro da cota de solidariedade para o Fundurb, mais unidades habitacionais construídas pelas construtoras, porque as construtoras constroem os grandes empreendimentos e já pegam

a Cidade toda pronta, então elas têm de pagar mais para haver dinheiro para moradia social, para moradia de quem ganha até três salários mínimos, que é o HIS 1.

E mais: nós também precisamos de moradia para quem não ganha nada, para quem não tem renda, então precisamos desapropriar os apartamentos, os prédios ociosos que estão abandonados há dez, 20, 30, 40 anos, sem pagar impostos; para que esses prédios sejam desapropriados para cumprir a função social da propriedade e se tornem moradia social para a população em situação de rua. Nós temos a quantidade de 52 mil pessoas em situação de rua em São Paulo, então nós também precisamos disso.

Por último, nós também defendemos que pessoas que estão em área de risco não sejam removidas sem ter a chave na mão. (Palmas) É a proposta do chave a chave. A pessoa tem que sair porque é uma área de risco, porque é uma área de manancial, *okay*, mas ela tem que ter a garantia de que vai entrar na cada dela antes de ser removida, porque aluguel social de R\$ 400,00 não dá nem para alugar um banheiro, então nada de aluguel social. Nós queremos é chave a chave; remoção, só com chave na mão.

É isso, gente. A gente agradece a todos que estão aqui hoje. Eu tenho de fazer a finalização oficial. Antes disso, tudo que foi falado aqui foi gravado, está sendo gravado pela TV Câmara, tudo a gente vai transformar em documento e entregar na Comissão de Política Urbana. Espero que todas as pessoas estejam na semana de votação lá na Câmara, para fazer pressão e fazer a voz do povo valer. Se precisar acampar na frente da Câmara, a gente acampa também.

Então, gente, nada mais havendo para ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Tenham todos uma boa noite.